2ª SEMANA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE DA FAED/ UFMS: INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Local: AGEAD - UFMS
De 21 a 25 de Novembro de 2022

Anais Semana de Educação e Formação Docente da Faed

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ESCOLA NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUSTITA (TEA): DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Gabriela Azevedo Nogueira[1]
Raquel Elizabeth Saes Quiles[2]

Eixo 4 – Práticas educativas, inclusão e formação de professores

Resumo: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como um distúrbio do neurodesenvolvimento e passou por diversas nomenclaturas ao longo da história, onde tem tomado uma visibilidade cada vez maior nos dias atuais. Considerando a importância desta temática, o objetivo da pesquisa é evidenciar alguns aspectos sobre as pessoas com TEA, para enfatizar sobre a importância do acompanhamento, nas escolas comuns, a partir da perspectiva da educação inclusiva, do psicólogo escolar. Metodologicamente, a pesquisa é bibliográfica e foi realizada através de artigos e livros que tratam sobre o assunto. Os resultados indicam as contribuições que o psicólogo, como um profissional da saúde, pode trazer para as escolas, e como seu trabalho pode beneficiar a comunidade escolar, as famílias, e principalmente, o desenvolvimento das crianças que estão dentro do espectro. Entretanto, identificamos que existe uma escassez muito grande desse profissional na educação, o que dificulta a concretização do processo de construção de uma educação inclusiva. Concluímos que as funções do psicólogo escolar mudaram ao longo dos tempos, sendo que atualmente o objetivo do seu trabalho é auxiliar os alunos com TEA para que se sintam parte da comunidade na qual estão inseridos.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Atendimento Escolar; Atuação do Psicólogo.

Introdução

Os casos de autismo têm aumentado de forma significativa nos últimos anos. Na 5º edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido pela presença de "déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, atualmente ou por história prévia". (APA, 2014, p. 31). Esses fatores interferem de forma significativa na vida das pessoas com este transtorno: familiares, professores e todos aqueles que fazem ou irão fazer parte do seu desenvolvimento.

Voltando o olhar para o campo educacional, o estudo se direciona a partir do seguinte questionamento: Os profissionais da área da saúde, especialmente o psicólogo, podem contribuir de alguma forma na área da educação? Partindo desta problematização, o objetivo geral deste estudo é compreender quais são as contribuições dos psicólogos, nas escolas, para os pais, os professores e alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Para o alcance deste intento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, descritiva, buscando dados de pesquisas já realizadas em *sites* como *Scielo*, Google Acadêmico e Portal de Periódicos Capes. Este estudo é extremamente importante para a educação, pois apresenta caminhos para auxiliar os alunos com TEA e orientar as famílias sobre a importância do profissional da saúde dentro das escolas.

---

[1] Aluna do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

[2] Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Breve contextualização histórica sobre o TEA e o atendimento escolar na perspectiva da educação inclusiva

O termo autismo surgiu em 1911 e foi empregado pelo psiquiatra suiço Eugen Bleuer para descrever pacientes com esquizofrenia. Passou por diversas nomenclaturas e definições ao longo dos anos. Em 1981, com uma pesquisa realizada por Lorna Wing, o autismo passou a ser definido como um espectro. (COSTA; MARROCOS, 2011). Além das pesquisas de Wing, os estudos do psiquiatra Michael Rutter colaboraram para a nomenclatura do autismo e para sua entrada no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que "foi publicado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA) em 1953, sendo o primeiro manual de transtornos mentais focado na aplicação clínica." (ARAÚJO; NETO, 2014, p. 03).

O DSM-V reconhece o autismo como um espectro e passa a ser chamado de Transtorno do Espectro Autista, nomenclatura que permanece nos dias atuais. De acordo com Fernandes, Tomazelli e Girianelli (2020, p. 04):

> O DSM-5 e a CID-11 entendem o autismo dentro de um único espectro ou categoria, variando em níveis de gravidade, baseado na funcionalidade (DSM-5); ou em níveis de deficiência intelectual e linguagem funcional (CID-11). Além disso, ambos nomeiam o autismo como transtorno do espectro autista (TEA).

Além desta definição, conforme o DSM-V, o Transtorno do Espectro Autista apresenta como características diagnósticas: "prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades". (APA, 2014, p. 94).

Essas características são apresentadas na infância, e o autismo pode ser definido como leve, moderado e severo. As mudanças que ocorreram ao longo de anos, por meio de pesquisas, não foram apenas para alterar os termos utilizados, mas para que houvesse uma compreensão melhor dos Transtornos Mentais e a descoberta de novos diagnósticos. É importante sabermos que as discussões no campo da saúde também afetam a educação.

A educação é um direito de todos, entretanto, ainda é um desafio para as instituições escolares e os professores o atendimento de alunos público-alvo da Educação Especial[3] nas escolas comuns, porque além de garantir o acesso às escolas, é necessário que haja um preparo para o atendimento do aluno, a fim de que ele se sinta parte da comunidade escolar. Por isso, a perspectiva de uma educação inclusiva é fundamental. Mas, o que é educação inclusiva? Conforme Neto *et al*. (2018, p. 86):

> A educação inclusiva é a transformação para uma sociedade inclusiva, um processo em que se amplia a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

[3] Conforme a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, atualizada em 2014, os alunos público-alvo da Educação Especial são compreendidos como alunos com deficiência física, intelectual, auditiva e visual, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

Sendo assim, se faz necessário entender que as crianças, independentemente de suas características, não podem e não devem ser limitadas aos seus diagnósticos. A interação social é fundamental para o desenvolvimento pessoal de qualquer criança. Dessa forma, através da interação social de uma criança com TEA com outras crianças será possível observar as possibilidades que poderão ser trabalhadas dentro da sala de aula. De acordo com Ambrós (2017, p. 216):

> É essencial que o aluno com autismo aprenda junto com os seus colegas para que eles possam fazer trocas de experiências. Todo esse trabalho integrado é importante para o desenvolvimento sociocognitivo do aluno autista.

O ensino e o ambiente escolar não devem limitar a aprendizagem, e sim, estimulá-la. Evidentemente, sabemos que a inclusão dos alunos com TEA na escola comum não é tarefa fácil. Nesse sentido, é preciso que a escola tenha uma equipe de profissionais preparada para a atuação com estes alunos. No campo educacional, além do professor regente, destaca-se o professor de apoio e o professor especialista na área da Educação Especial. Na área da saúde, o fonoaudiólogo e o psicólogo, assunto da próxima seção.

A atuação do profissional da saúde na área da educação: o psicólogo escolar

Pouco se fala sobre a importância dos profissionais da saúde dentro das escolas comuns. Entretanto, recentemente foi aprovada a Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que tornou obrigatória a oferta dos serviços de psicologia educacional e serviço social em escolas da rede pública. É necessário entendermos que o papel do psicólogo escolar mudou ao longo dos anos, sendo atualmente definido como:

> [...] o papel do psicólogo na escola, desde a Educação Infantil, ultrapassa as funções tradicionalmente atribuídas, tais como, medir habilidades e classificar crianças quanto à capacidade de aprender e de progredir pelos vários graus escolares. Ele passa a exercer as funções de: consultor, especialista em educação, ergonomista, modificador do comportamento, pesquisador, estendendo sua ação à comunidade (VOKYO; PEDROZA, 2010, p. 05).

Percebe-se que o psicólogo pode não só contribuir com os alunos, como também com os professores e as famílias. Nesse sentido, é necessário entendermos que os psicólogos têm muito a oferecer na área da educação, pois o objetivo atualmente é de contribuir com o desenvolvimento pessoal. No caso das crianças com TEA, se torna ainda mais importante. A descoberta de um diagnóstico não é fácil em nenhuma circunstância. Portanto, se torna menos assustador quando a família tem alguém que possa orientá-la, pois:

> A família pode colaborar de maneira muito especial para o desenvolvimento da criança portadora de autismo na escola, principalmente fornecendo aos profissionais da educação as informações sobre as formas de comunicação da criança (GOMES; SILVA; MOURA, 2019, p. 02).

Percebemos que o trabalho com os alunos com TEA precisa ser realizado em conjunto com a família e a escola. Quanto mais cedo for feito o diagnóstico, mais chances a criança terá de um desenvolvimento melhor. O autismo não tem cura. Porém, existem

vários métodos que auxiliam o processo de desenvolvimento, sendo esses: psicoterapia, terapia ocupacional, equoterapia, musicoterapia, fonoaudiologia, entre outros, e ajudam a lidar melhor com as crises e com as situações do cotidiano.

É importante ressaltar que o trabalho do psicólogo é indispensável para o ambiente escolar, pois visa uma melhor qualidade de ensino, e uma educação inclusiva. Entretanto, para que se obtenha sucesso, a colaboração entre psicólogo, professores (regentes e especializados), famílias e gestão escolar é primordial.

Embora ainda exista muito a ser feito acerca da educação inclusiva, podemos perceber que a perspectiva a respeito do trabalho do psicólogo escolar vem sendo bastante discutida e colaborativa, visando um atendimento para todos com o objetivo de um melhor desenvolvimento, a fim de colaborar com toda a comunidade escolar e com os familiares, auxiliando os alunos para que saibam lidar melhor com suas frustrações, dificuldades, e não os rotulando.

Considerações Finais

Esta pesquisa evidenciou a contribuição do psicólogo escolar no campo da educação. No entanto, ainda existe uma escassez muito grande deste profissional nas escolas comuns. Ainda, esta temática é pouco discutida, embora seja de grande importância para a área da educação, principalmente no quesito de educação inclusiva.

Concluímos que o trabalho realizado com o psicólogo é importante para atender a todos da escola, auxiliando-os com as situações rotineiras e buscando formas de ensinar que alcancem todos os alunos, de maneira que se sintam parte da mesma comunidade. Além disso, também é extremamente importante para a família, pois a participação dos pais é essencial. Infelizmente, ao longo deste estudo ficou evidente que as pesquisas já existentes sobre o tema são poucas, indicando ser um assunto que precisa de mais atenção. Entendemos que a educação inclusiva é um processo contínuo e ressaltamos que o psicólogo escolar pode contribuir com a transformação do espaço escolar que almejamos, a fim de atender as demandas educacionais de todos os alunos.

Referências

AMBRÓS, Danieli. O aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula: caracterização, legislação e inclusão. Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva, 1, Porto Alegre**,** RS, 2017. **Anais...,** Porto Alegre, 2017

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO, Álvaro; NETO, Francisco. A nova classificação americana para os Transtornos Mentais – o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. XVI, n. 1, p. 67- 82, 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: set. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.935**, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF, 11 dez. de 2019.

COSTA, Cecília; MARROCOS, Rogério. Síndrome de Asperger: entrevista à Revista Inteligência. **Polêmica,** Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, out./dez. 2011.

FERNANDES, Conceição; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 31, p. 1-10, 2020.

GOMES, Manoel; SILVA, Severina; MOURA, Deniza. A importância da família para o sujeito portador de autismo, a educação e a formação docente. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 25, out. 2019.

NETO, Antenor *et al*. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018.

VOKYO, Tatiana; PEDROZA, Regina. Psicologia escolar em Educação Infantil: reflexões de uma atuação. **Psicologia escolar e educação infantil.** Brasília, v. 9, n. 1, p. 95-104, 2005.